

## «Durante mais de cem anos»: o jornalismo antes e depois da sua cultura

Maria Filomena Mónica (introdução, pesquisa e selecção de textos), *Eça de Queiroz, Jornalista*, Principia, S. João do Estoril, 2003.

Mário Mesquita, *O Quarto Equívoco - o poder dos media na sociedade contemporânea*, MinervaCoimbra, Coimbra, 2003.

Os dois livros aqui considerados são substancialmente diferentes: um é antologia de textos de um clássico das nossas Letras, reunindo muitos publicados em jornais segundo opções da organizadora do volume; o outro é recolha temática, pelo próprio autor, de textos escritos ao longo de uma década de actividade profissional, como ex-jornalista (este «ex» é controverso, admito) e professor de jornalismo; um tem valor instrumental, facilitando o acesso a textos já publicados mas ainda assim (comparativamente) pouco lidos, o outro cria uma unidade teórica e argumentativa a partir de ensaios até agora dispersos; mas, mais importante que as diferenças quanto às suas origens, estes dois livros são reveladores, sobretudo, das mudanças institucionais que o jornalismo conheceu ao longo do século XX e das distâncias que a prática jornalística em Portugal foi politicamente forçada a manter face a essa evolução.

O ponto pivotal dessa evolução foi, a nosso ver, a doutrina da responsabilidade social da Imprensa (e, por arrastamento, dos *media* em geral), formulada no mundo de língua inglesa no imediato pós- Segunda Guerra Mundial (Mário Mesquita aborda directamente esta doutrina ao defender a noção de «mínimo ético» como posição deontológica, cf. pp. 269-275). Esta doutrina, concebível apenas em sociedades abertas (i.e., em liberdade), não pôde fazer o seu curso em Portugal, no devido tempo, por motivos históricos conhecidos, e da sua impossibilidade até ao período em que os *mass media* começaram a ser socialmente mais influentes que a Imprensa (a década de 1970) há inclusivamente um testemunho esquecido, e dos mais significativos (*Informar ou depender?*, de Francisco C. P. Balsemão). Deste distanciamento histórico e procedimental (abrangendo neste termo as evoluções técnicas, deontológicas, organizacionais, etc.) resultou muita da especificidade da nossa Imprensa, dos nossos *mass media* e, logicamente, do nosso Espaço Público. Mas nem tudo lhe é devido: nem a história das nossas desventuras comunicacionais aí começou,

nem o seu desenvolvimento se ficou pela nacionalização da comunicação social no pós-25 de Abril. Em rigor, o cenário do jornalismo português no século XX deve a sua existência ao exíguo, semi-inexistente espaço público português. Em resumo, à nossa persistente pré-modernidade

Eça notou-o mais vezes, e com acuidade superior, do que a Professora Filomena Mónica, hoje sua antologadora (e, diga-se já, trata-se de uma valiosa antologia). Ao contrário do que se lê na introdução de *Eça de Queiroz, Jornalista*, o país sobre que Eça escreveu não se limitava a Lisboa e à sua classe política (expressão bem pré-moderna, em rigor), o que de resto fica bem documentado pelo menos em alguns dos seus textos (*vide* o sétimo da antologia). O que a selecção de texto evidencia, sim, é a real continuidade entre a ficção e o «jornalismo» queirosianos: não, como pretende a antologadora (e não só ela, claro), uma relação de complementaridade entre a atenção ao real (no jornalismo) e o cultivo do estilo (na ficção); pelo contrário, uma continuidade entre a análise efectuada na Imprensa e no Romance. O que fez dele, por igual, o «jornalista, embora brilhante, de província» que Pessoa cruamente exumou. Entenda-se: o realismo em Arte que a Ficção de Eça tanto preza não é diferente do seu «jornalismo»; este facto não é estilístico, é cultural, o provincianismo de Eça, e português, deve-se exactamente à não participação dos portugueses (mesmo dos mais aptos) no desenvolvimento da civilização a que pertenciam. Estranho à Modernidade europeia (diagnóstico que Eça, Pessoa e, digamos, Sérgio, partilharam), Portugal entrou no final do século XIX, como os artigos de Eça exibem, sem o *acquis* europeu por excelência do século XVIII - um espaço público efectivamente autonomizado da regulação estatal. Os mais lúcidos do início do século XX chegaram a notá-lo (leia-se o volume que Boavida Portugal publicou em 1915 com materiais do seu «inquérito literário»).

Que Eça polemique com Chagas troçando «as necessidades formidáveis do jornalismo» (p. 165) não significa de modo algum que os seus artigos, cartas e afins sejam jornalismo. Servirão até de belo exemplo de uma tese simples publicada há poucos anos por um jornalista português radicado há anos no Brasil como professor (Manuel Carlos Chaparro): muito do que se publica num jornal não é jornalismo. Não é, nem pretende ser. A permanente ambição de Eça não foi a fundação de um jornal (nos moldes dos do seu tempo ou em outros, como as *Farpas* «de» Ramalho) mas sim a criação de uma revista regular, susceptível de participar da vida europeia de então. Mas dessa vida Portugal não

participava, nem tinha como o fazer, o próprio Eça notou-o uma e outra vez (cf. p. ex., p. 152).

Isolado de um mundo em progresso crescente, situação bem ilustrada por essa «descoberta americana, o *telefone*» (p. 104), o Portugal que Eça conheceu só mudou no final do século XX. Por isso mesmo, muitas polémicas e aspirações, referências e descrições de Eça evocam processos do século seguinte, seja com o neorealismo, seja com o presencismo (estilo Gaspar Simões, talvez), sem mencionar os vários casos de polemismo que antecipam o Sérgio dos anos 1910-1930. O seu mundo é o de um país pré-moderno, bem criticado no quarto texto (cf. espec. pp. 68-70), que só o século XX alteraria significativamente.

E aqui o equívoco. Essa opinião pública ilustrada, ambicionada por Eça e ao menos parcialmente formada no século XX, também deixou de existir. Pelo menos nestes termos: não se trata tanto de pessimismo ou optimismo, como de compreensão do estado de coisas actual, desde logo no jornalismo, *medium* de reflexividade social em crise nas sociedades contemporâneas. Esta crise do jornalismo que Mário Mesquita observa actualmente, sem por isso perder a esperança de poder melhorar o jornalismo (cf. pp. 22/3), é a con-fusão no escasso tempo português, forçado a comprimir localmente, em apenas três décadas, o que na Europa se desenrolou desde meados do século XVIII (formação do espaço público) e meados do século XX (responsabilização dos mediadores comunicacionais), por motivos que em quase tudo escaparam aos próprios jornalistas. Com efeito, desde o conservadorismo do país no fim da Modernidade até ao seu isolamento em pleno século XX, as causas do ambiente hostil a um jornalismo profissional foram permanentes e irresolúveis por simples empenho da Imprensa. Causas políticas (em acepção muito ampla), elas tornaram-se obsoletas no momento em que o «purismo», o «vaso fechado», enfim, o patrioteirismo dos 'brigadeiros' Chagas se tornou insustentável - em 1974, tão tarde para nossa imensa vergonha...

Hoje, numa situação em que o próprio espaço público se renova e a esfera pública se transfigura (cf. Mário Mesquita, na Introdução), a colecção de ensaios intitulada *O Quarto Equívoco* não assinala apenas uma reflexão extensa e rigorosa sobre problemas incertos por definição (ética e deontologia, não só na Parte IV do livro mas já nas segunda, terceira e, em parte, primeira), mas também em áreas cuja complexidade teórica é quase bizantina (os «rituais» e «cerimoniais» mediáticos, na Parte I cruzados com o «civic journalism» e,

sobretudo, na V). Se no primeiro dos pontos Mário Mesquita é um orador regular (e com proveito para os ouvintes, o que é uma raridade), o segundo não é menos importante, quer pela especificidade da matéria quer pela sua imbricação com as formas de mediação cada vez mais determinadas pelos *mass media*. Aqui, em particular nos últimos cinco ensaios do livro (pp. 303-365), apresentam-se elementos para precisar os próprios termos do problema de forma rigorosa. Deixando as polémicas («a nossa versão das faenas», como lembrava em *A Regra da Instabilidade*) para o infrapensamento com que o metajornalismo (cf. pp. 277-280) ciclicamente tem de se preocupar, Mário Mesquita consegue criar um conjunto denso e bem articulado a partir de um conjunto de texto autónomos, o que é ainda uma lição de jornalismo e de edição científica.

Em ambos os livros, lembrei-me de uma observação de Vitorino Magalhães Godinho, relativa à investigação nacional, que quer factos mas só de uma dada espécie (os grandes homens e as grandes batalhas, não a vida anónima das massas). Antes dos *Annales* (Eça de Queiroz) ou já depois deles (Mário Mesquita), antes do jornalismo ou já na sua integração no conjunto das ciências sociais e humanas, é de factos e da sua construção ou interpretação que se trata. Aqui, no entanto, o diálogo com as intuições de Eça e as reflexões de Mário Mesquita sobre Weber (e outros) teria de adquirir outra dimensão. Não sendo esta possível numa leitura crítica como esta, é necessária no espaço público, *sobretudo* se este está em transformação.

Carlos Leone